



***EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: UMA BREVE
ANÁLISE DOS DOCUMENTOS NORTEADORES***

***EDUCACIÓN SEXUAL EN LAS ESCUELAS BRASILEÑAS: BREVE
ANÁLISIS DE LOS DOCUMENTOS DE ORIENTACIÓN***

***SEX EDUCATION IN BRAZILIAN SCHOOLS: A BRIEF ANALYSIS OF THE
GUIDING DOCUMENTS***

Nathaly Martinez Alves¹

Andreza Marques de Castro Leão²

Raul Aragão Martins³

RESUMO

O presente estudo aborda a temática da educação sexual, tendo por objetivo central apresentar uma breve análise dos documentos norteadores do Ministério da Educação (MEC) que fomentam a inserção do tema na educação básica. No intuito de alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa qualitativa de cunho documental. Os resultados obtidos nos permitem constatar que, embora a educação sexual seja respaldada e legitimada por documentos oficiais, bem como se tenha uma literatura consistente que ressalta a importância de sua inserção nas escolas, identificou-se nos últimos anos, a partir das determinações publicadas, a utilização de mecanismos de repressão e silenciamento para o controle e regulamentação quanto a discussão do tema no contexto escolar, negando assim, o direito à informação para um desenvolvimento sexual saudável.

PALAVRAS-CHAVE: Educação sexual. Escolas. Documentos norteadores.

RESUMEN

Este estudio se refiere a una investigación sobre la educación sexual, cuyo objetivo central es presentar un breve análisis de los documentos orientadores del Ministerio de Educación de Brasil que fomentan la inclusión del tema en la enseñanza básica. Para alcanzar el objetivo propuesto, se realizó una revisión bibliográfica y un análisis documental. Los

¹ Doutoranda em Psicologia. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.

² Doutora em Educação Escolar. Livre docente em Educação Sexual. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil. Bolsista Produtividade 2 do CNPq.

³ Doutor em Psicologia, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, SP, Brasil.

resultados obtenidos muestran que, si bien la educación sexual es apoyada y legitimada por documentos oficiales, así como literatura consistente que resalta la importancia de su inclusión en las escuelas, en los últimos años se observa el uso de mecanismos de represión y silenciamiento para controlar y regular la discusión del tema en el contexto escolar, negando así el derecho a la información para un desarrollo sexual saludable.

PALABRAS CLAVE: Educación sexual. Escuelas. Documentos de orientación.

ABSTRACT

This study refers to a survey of sexual education, whose main objective is to present a brief analysis of the guiding documents of the Ministry of Education of Brazil that promote the inclusion of the subject in basic education. A literature review and document analysis were done to achieve the proposed objective. The results obtained show that although sexual education is supported and legitimized by official documents, as well as consistent literature that highlights the importance of its inclusion in schools, in recent years repressive and silencing mechanisms have been used to control and regulate discussion of the subject in the school context, thus denying the right to information for healthy sexual development.

KEYWORDS: Sexual education. Schools. Guiding documents.

* * *

Introdução

A sexualidade constitui uma dimensão essencial da existência humana, abrangendo aspectos como a percepção e a relação com o próprio corpo, os vínculos afetivos, o amor, o sexo, o gênero, a identidade de gênero, a orientação sexual, a intimidade, o prazer e a reprodução. Trata-se de um fenômeno multifacetado, que envolve fatores biológicos, sociais, psicológicos, espirituais, religiosos, políticos, jurídicos, históricos, éticos e culturais, os quais se transformam ao longo do ciclo de vida (UNESCO, 2019).

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, por meio da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, um conjunto de objetivos internacionais direcionados ao desenvolvimento sustentável da população global, abrangendo as dimensões econômica, social e ambiental. Essas diretrizes estão estruturadas em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O ODS 3, especificamente, tem como finalidade assegurar o acesso universal à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todas as pessoas, independentemente da faixa etária. Este objetivo pode ser abordado no contexto educacional por meio de uma perspectiva crítica, conforme delineado por Jorge

Luiz Ramineli, Natanael da Silva e Magnólia de Araújo (2023), inserindo-se dentro da abordagem pedagógica proposta por Paulo Freire.

Uma das metas do ODS 3 é garantir, até 2030, o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, abrangendo o planejamento familiar, informação e educação, além de promover a integração da saúde reprodutiva nas estratégias e programas nacionais (ONU, 2015, p. 22). No entanto, a discussão sobre questões relacionadas à sexualidade ainda permanece como um tabu, permeada por mitos e preconceitos, em razão de fatores religiosos, sociais, políticos e culturais (Mariana Garbarino, 2021).

Este contexto se agrava com o crescimento do conservadorismo e a disseminação de *fake news* acerca do tema, além dos retrocessos impulsionados por ideais conservadores promovidos pelo antigo governo de extrema direita. Tais fatores dificultam a inserção da temática em espaços importantes, como a escola. Uma das justificativas para essa resistência é a falácia da “ideologia de gênero”, termo utilizado de forma errônea e pejorativa por grupos ultra conservadores para se referir às discussões sobre gênero e sexualidade. Os simpatizantes acenam que, qualquer debate nesse sentido, promovido no ambiente escolar, seria parte de um projeto de “doutrinação”, contrário aos valores morais da família tradicional.

Embora, a partir de 2023, com a eleição de um governo progressista, novas perspectivas tenham emergido, o ideário propagado pelo governo anterior ainda mantém significativa influência, tanto no Congresso quanto em segmentos da sociedade, no que tange às questões relacionadas à educação sexual. Consequentemente, devido à ausência de um diálogo amplo, a compreensão da sexualidade permaneceu limitada, frequentemente sendo reduzida a aspectos biológicos. Em decorrência disso, pais, responsáveis legais e, até mesmo, profissionais da educação manifestam-se contrários à inclusão da temática no ambiente escolar.

Contudo, a educação sexual é um processo contínuo de ensino, esclarecimento, aprendizado e diálogo, que pode ocorrer em diversos contextos e períodos, proporcionando às crianças, adolescentes e jovens a oportunidade de aprender e refletir sobre temas relacionados à sexualidade. Entre esses temas, estão práticas sexuais, relações interpessoais, afetividade, orientação e diversidade sexual, identidade de gênero, reprodução, prazer, entre outros aspectos vinculados à sexualidade (Brasil, 2024).

Neste estudo, será mantido o termo “educação sexual”, comumente utilizado no contexto brasileiro, embora exista um debate relevante sobre a necessidade de atualização para “educação em sexualidade” e/ou “educação integral em sexualidade”. Estes termos,

fundamentado em evidências científicas e alinhado às diretrizes internacionais estabelecidas pela UNESCO desde 2010, propõe uma abordagem mais abrangente. O adjetivo "integral" qualifica e remete à profundidade dos temas tratados, que incluem não apenas aspectos biológicos, mas também dimensões afetivas, psicológicas, sociais, culturais e de direitos humanos. Trata-se de um processo sistemático, transversal ao currículo e desenvolvido de forma progressiva, em contraste com intervenções pontuais ou aulas isoladas (UNESCO, 2010, 2019).

Ademais, considerando que a maioria dos documentos analisados neste estudo pertence à década de 1990, período em que os debates acerca da terminologia não eram tão predominantes no Brasil, optou-se por manter a nomenclatura tradicional. Contudo, reconhecemos a importância da atualização do termo no contexto brasileiro, especialmente nos documentos oficiais e nas políticas educacionais. A título de exemplo, em 2024, o Ministério da Saúde, em colaboração com a Universidade de Brasília (UnB), lançou o material orientador intitulado Caminhos para a Construção de uma Educação Sexual Transformadora, evidenciando que o termo continua a ser amplamente utilizado por organismos oficiais.

Tendo em vista a relevância social do tema, o papel da escola como instituição formadora e a ausência de uma legislação específica voltada à implementação da educação sexual no contexto escolar, realizou-se uma breve análise dos documentos norteadores do Ministério da Educação (MEC) que fomentam a inserção da temática nas escolas brasileiras.

Procedimentos Metodológicos

Este estudo se ancora nos moldes da pesquisa qualitativa e de natureza documental. A pesquisa qualitativa é fundamentada na percepção humana e caracteriza-se, conforme Robert Stake (2011, p. 24), por ser "interpretativa, experiencial, situacional e pessoal". Por outro lado, a pesquisa documental dá ênfase às fontes primárias, ou seja, documentos que abordam diretamente a temática do estudo e que ainda não receberam nenhum tratamento analítico, tais como, documentos oficiais, relatórios, registros históricos, entre outros (Antonio Gil, 2008).

A busca pelos documentos foi realizada no portal do Ministério da Educação (MEC) e na página da Secretaria de Educação Básica (SEB). Como etapa inicial, delimitamos os seguintes termos utilizados para a busca dos documentos a serem

utilizados: *educação sexual, orientação sexual e sexualidade*. Como critério de inclusão, foram selecionados apenas documentos que norteiam a educação básica⁴ acerca da temática. Dessa forma, o período delimitado para este estudo compreende o intervalo de 1997, ano de publicação dos primeiros Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), até o primeiro semestre de 2024, momento que marca o fim da vigência do atual Plano Nacional de Educação (PNE/lei nº 13.005/2014). Contudo, cabe ressaltar que a vigência do referido Plano foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025, conforme estabelecido pela lei nº 14.934/2024.

Para a análise dos materiais selecionados, inicialmente, realizamos a leitura aprofundada dos documentos, com o objetivo de compreender como as questões relacionadas à educação sexual são abordadas nos textos, a linguagem utilizada e as perspectivas apresentadas. Em seguida, comparamos os documentos e suas atualizações, a fim de identificar avanços e retrocessos ao longo dos anos acerca do tema.

Ademais, as análises apresentadas foram fundamentadas em estudos prévios sobre a temática, com o intuito de contribuir para o aprofundamento e continuidade das pesquisas já existentes na área. Embora este estudo não tenha a pretensão de esgotar o tema ou de apresentar conclusões definitivas, ela desempenha um papel relevante ao lançar luz sobre a realidade da educação sexual no contexto dos documentos educacionais nacionais.

O Quadro 1 apresenta os documentos selecionados, os quais serão apresentados e discutidos a seguir.

Quadro 1 - Documentos selecionados para o estudo.

Documentos	Ano
Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	1997
Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI)	1998
Planos Nacionais de Educação (PNE)	2001 e 2014
Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	2015, 2016 e 2017

Fonte: elaborado pelos autores, 2025.

⁴ A Educação Básica no Brasil é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB lei nº 9.394/1996), obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade e organizada da seguinte forma: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Entre o final da década de 1980 e ao longo dos anos 1990, houve um aumento significativo nas discussões acerca da educação sexual no Brasil, tendo em vista uma série de transformações sociais, políticas e culturais que o país estava atravessando, como o aumento da gravidez precoce, epidemia de HIV, fim da ditadura militar, promulgação da nova Constituição Federal de 1988, entre outros (Andreza Leão, 2009). Neste contexto de redemocratização, surgem esforços com objetivo de realizar mudanças na estrutura da educação brasileira (Célia Oliveira, 2006).

Em 1997, o Ministério da Educação (MEC) publicou os primeiros Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os anos iniciais do ensino fundamental, em 1998 para os anos finais, e, em 2000, para o ensino médio. Os PCN estabelecem diretrizes e orientações claras para a organização e a implementação do currículo escolar nas diferentes etapas da educação básica no Brasil.

Nos PCN a temática Orientação Sexual foi inserida como tema transversal⁵, com o objetivo de abordar e discutir questões sociais relevantes que deveriam ser integradas às propostas educacionais. Os conteúdos relacionados à Orientação Sexual foram organizados em três blocos: Corpo: matriz da sexualidade, Relações de gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS (Brasil, 1998).

De acordo com o PNC, o objetivo do trabalho de Orientação Sexual é

contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade. Esse tema vincula-se ao exercício da cidadania na medida em que, de um lado, se propõe a trabalhar o respeito por si e pelo outro, e, por outro lado, busca garantir direitos básicos a todos, como a saúde, a informação e o conhecimento, elementos fundamentais para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades (Brasil, 1998, p. 91).

É relevante destacar que a publicação dos PCN não assegurou a implementação e a discussão da educação sexual nas instituições escolares, uma vez que o documento tem caráter norteador e não obrigatório. Entretanto, como destaca Leão (2009, p.49), “antes da criação destes parâmetros inexistia um lugar para a sexualidade nos currículos

⁵ São temáticas entendidas como questões de abordagem social, consideradas fundamentais para o exercício da cidadania, as quais podem ser abordadas nas disciplinas convencionais.

escolares”. Assim, os PCN desempenharam um papel fundamental ao possibilitar que o debate sobre temáticas relacionadas à sexualidade ingressasse no ambiente escolar.

A orientação sexual descrita nos PCN, contribuiu para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos, prevenção contra a violência sexual, gravidez na adolescência, entre outras questões de grande relevância. Contudo, ainda que o documento tenha contribuído para a discussão e implementação de conteúdos referentes à sexualidade, ele ainda traz uma perspectiva biologizante do tema, com predomínio destaque nas doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). Ademais, subordina as discussões sobre gênero e sexualidade ao trio corpo/saúde/doença na orientação sexual, desconsiderando a problematização e discussão de questões mais amplas, como os tabus e significados associados às identidades masculina e feminina (Cláudia Vianna e Sandra Unbehau, 2004).

César Nunes e Edna Silva (2006, p. 13) também mencionam que “a temática da educação sexual como tema transversal é uma conquista e um desafio, pelas polêmicas e divergências que ainda existem sobre a natureza, identidade e limitação do que seja propriamente educação sexual”. O debate acerca do tema continua sendo negligenciado no ambiente escolar, devido ao tabu, mitos e *fake news* que o cercam. Esses fatores dificultam a inclusão da temática na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, influenciando diretamente na não inserção da educação sexual nas práticas pedagógicas em sala de aula (Leão, 2009).

Em estudo recente realizado por Ana Mendel e Jean Miranda (2023), acerca das opiniões e percepções de licenciandos em Ciências Naturais em relação à educação sexual, 70% dos participantes relataram que não receberam, por meio das disciplinas oferecidas durante a graduação, uma formação que lhes proporcione segurança e os conhecimentos necessários para abordar o tema em sala de aula. Outro estudo recente, conduzido por Nathaly Alves (2023), sobre a formação inicial e continuada de professoras da educação infantil em temas relacionados à educação sexual, revelou que 79% das participantes afirmaram não ter recebido formação sobre o tema durante a graduação, enquanto 84,2% indicaram não ter sido contempladas com tal formação nem mesmo ao longo da formação continuada.

Além da formação dos docentes que atuam diretamente em sala de aula, é igualmente essencial a formação dos gestores escolares. O gestor desempenha um papel fundamental na implementação do currículo, garantindo que o projeto político-pedagógico da unidade escolar esteja alinhado tanto com as demandas dos educandos

quanto com as necessidades da sociedade. Ademais, o gestor atua como mediador entre a comunidade escolar, os professores e os órgãos educacionais, facilitando a comunicação e promovendo a formação continuada dos docentes. Nesse contexto, programas de formação continuada para gestores, como o desenvolvido por Leão (2016), são de extrema relevância, pois, além de fornecer a formação necessária, buscam sensibilizá-los para a inclusão da educação sexual no ambiente escolar.

Therezinha Mariuzzo (2003) reflete que a sexualidade humana possui uma natureza sócio-histórica e, como qualquer outra atividade humana, é papel da escola transmitir os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, incluindo os relacionados a este aspecto. Nesse sentido, a autora critica a omissão da escola em abordar a temática, ressaltando que, ao passarem um tempo considerável no ambiente escolar, crianças e adolescentes naturalmente se deparam com questões ligadas à sexualidade, mesmo que pais/responsáveis e a escola neguem esta manifestação.

Embora a literatura científica destaque a relevância do tema, é possível observar, diversos desafios relacionados à efetiva inserção da educação sexual nas escolas brasileiras. Entre eles, destaca-se o receio dos profissionais da educação frente ao tema da sexualidade, em decorrência da reação dos pais/responsáveis ou devido à falta de conhecimento acerca da temática, bem como a indisposição da gestão escolar para este trabalho, ou ainda, em decorrência de movimentos conservadores contrários à sua inserção nas escolas (Leão *et al.*, 2022).

Em síntese, apesar dos desafios decorrentes na implementação da educação sexual nas instituições de ensino, os PCN representam um marco normativo ao estabelecer diretrizes para efetivação da temática no contexto escolar brasileiro. Nos PCN a temática é compreendida de forma transversal, sendo considerada essencial para o desenvolvimento integral dos indivíduos. No entanto, devido a natureza opcional do documento, sua implementação pode variar conforme a instituição de ensino, e até mesmo não ser adotado, podendo assim, ocasionar desigualdades no contexto educacional.

Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI)

No mesmo período, outros documentos que fazem referência à educação sexual, seja de forma direta ou indireta foram publicados. Em 1998, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), é organizado em três volumes: Introdução, Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo. Os documentos fazem parte dos

PCN, especificamente para a educação infantil, norteando o trabalho docente na educação básica e na elaboração do currículo escolar. (Brasil, 1998).

O segundo volume, “Formação Pessoal e Social”, incentiva o trabalho de questões como a construção de vínculos, a valorização da identidade, o conhecimento do corpo, bem como a expressão da sexualidade e de gênero, entre outros aspectos. O documento traz um tópico intitulado “Expressão da Sexualidade”, que explora questões relacionadas à infância e à sexualidade, explorando como os professores (adultos) podem trabalhar esses temas com as crianças de forma natural, a partir das próprias descobertas e curiosidades das crianças sobre o tema.

A recepção dos adultos a suas explorações ou perguntas ligadas à sexualidade podem suscitar diferentes reações, desde atitudes de provocação e exibicionismo até atitudes de extremo retraimento e culpa. [...] A compreensão da sexualidade como um processo amplo, cultural e inerente ao desenvolvimento das crianças pode auxiliar o professor diante das ações exploratórias das crianças ou das perguntas que fazem a respeito do tema (Brasil, 1998, p. 18).

Ainda que o documento apresente uma visão ampla da sexualidade, traz orientações vagas aos professores, pressupondo um conhecimento prévio sobre o desenvolvimento sexual. No entanto, ignora-se o fato que, para abordar a temática adequadamente, ela deve ser integrada ao currículo da formação inicial dos docentes, assim como na formação continuada.

Diversos estudos têm evidenciado que os cursos de formação inicial de professores não têm atendido a essa demanda, tampouco na formação continuada, ainda que haja essa necessidade formativa. Além disso, os cursos de formação inicial deveriam conter mais disciplinas que abordassem questões humanas e sociais, incluindo discussões sobre sexualidade humana e as formas apropriadas de tratar esse tema em diferentes níveis da educação básica (Naíssa Gomes e Xênia Cardoso, 2019; Daniela Bartasevicius e Meire Miranda, 2019).

O RCNEI não faz referência explicitamente à educação sexual de maneira convencional, todavia aborda a expressão da sexualidade no contexto do desenvolvimento afetivo e social das crianças, reconhecendo este aspecto como uma dimensão fundamental do desenvolvimento integral infantil, enfatizando a importância de abordar a temática de forma apropriada à faixa etária do público-alvo.

Planos Nacionais de Educação (PNE)

Além dos PCN e do RCNEI, outro importante documento educacional da década de 1990 é o Plano Nacional de Educação (PNE/lei nº 10.172/2001), com duração de 10 anos. O PNE estabelece diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira.

Entre seus objetivos e metas propõe, “[...] incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: **gênero, educação sexual [grifo nosso]** [...]” (Brasil, p.35, 2001). Contudo, tal meta não foi alcançada, uma vez que os temas transversais não foram incluídos na grade curricular dos cursos de formação docente, sendo retirada do atual PNE/Lei nº 13.005/2014 (2014-2024).

No que se refere ao ensino fundamental, o documento estabelece, entre suas metas, a garantia de que os materiais didáticos promovam “[...] a abordagem adequada das questões de gênero e etnia, além da eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzem estereótipos relacionados ao papel da mulher, do negro e do índio [...]” (Brasil, 2001)”. Embora essa seja apenas uma breve menção entre os objetivos e metas do PNE para o ensino fundamental, sua relevância é significativa, com grande impacto nas práticas de avaliação e na escolha de livros didáticos nas escolas públicas brasileiras (Vianna; Unbehaum, 2004).

Conforme destacado por Paulo Ribeiro (2018) e Leão *et al* (2024), a educação sexual tem enfrentado um retrocesso a partir de 2014, no contexto da tramitação do atual PNE. Termos como “educação sexual”, “temas transversais” e “gênero” também foram excluídos do conteúdo do PNE, devido à forte oposição de setores conservadores e religiosos. A redação que chegou à Câmara em 2014, em seu art. 2º, inciso III, expressava como diretriz do PNE “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Contudo, prevaleceu a versão do texto que retirava esses termos, limitando o objetivo a uma abordagem mais superficial da superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (Brasil, 2014; Leão *et al.*, 2024).

Essas ações representam um retrocesso educacional, negando aos educandos o acesso à informação e à compreensão das múltiplas possibilidades de expressão da sexualidade, afastando-os de uma educação pautada nos direitos humanos. **Aliás**, o atual PNE representou um retrocesso no que diz respeito à inclusão das temáticas relacionadas

à sexualidade nas políticas educacionais, contrastando com a abordagem proposta pelos PCN.

Desconsiderando todo o respaldo científico que legitima a importância da implementação da educação sexual nas escolas, observamos nos últimos anos, o fortalecimento de movimentos contrários à proposta, pautados em uma educação conservadora, como já mencionado. Um exemplo disso é o Movimento Escola Sem Partido (MESP), que ganhou notoriedade política em 2014, com o apoio de um projeto de lei federal nº 7.180/2014 (PL 7180/2014). O movimento baseia-se, principalmente, no combate à uma suposta “ideologia de gênero” e “doutrinação” dos estudantes.

A ideia de "ideologia de gênero" é amplamente criticada na literatura acadêmica, sendo considerada uma falácia derivada de interpretações equivocadas das teorias de gênero. Esse termo, frequentemente utilizado em discursos conservadores e pelo **senso comum**, procura simplificar e rotular os debates sobre identidade de gênero, em vez de promover uma análise aprofundada das complexidades e nuances das experiências humanas relacionadas ao gênero.

De acordo com estudos, como os de Judith Butler (2003), as teorias de gênero questionam a rigidez das categorias de gênero e sexualidade. A autora não emprega o termo "ideologia", em vez disso, realiza uma análise aprofundada sobre a identidade fluida e instável dos indivíduos, argumentando que os gêneros se constituem a partir de construções sociais. Em sua obra, ela não nega a biologia nem a existência do sexo anatômico, mas defende que, por meio de processos culturais, os gêneros se configuram como papéis sociais que determinam os lugares ocupados pelos indivíduos na sociedade. Assim, ela reconhece que, tanto a anatomia quanto a cultura, desempenham papéis fundamentais na definição das identidades de gênero.

Além do mais, o termo é frequentemente empregado como uma estratégia de desinformação e manipulação emocional, nos quais os debates se fundamentam em apelos às emoções, crenças e mitos. Nesse contexto, o poder de persuasão emocional, muitas vezes ancorado em fundamentos religiosos, torna-se mais relevante do que uma argumentação racional e científica. Esse processo leva à desconstrução do discurso científico, substituído por um discurso pseudocientífico, com o intuito de conferir legitimidade aos posicionamentos conservadores (Vinícius Tavano e Andreza Leão, 2020).

Em vez de representar uma imposição ideológica, os estudos de gênero visam compreender e analisar as construções sociais, culturais e históricas que moldam as identidades de gênero, as relações de poder e as normas sociais associadas ao gênero e à

sexualidade. Além disso, tais estudos buscam promover a inclusão e a igualdade, ao desafiar as hierarquias tradicionais de gênero que perpetuam desigualdades, discriminação e opressão. Dessa forma, a expressão "ideologia de gênero", frequentemente utilizada por seus opositores, configura-se como um mito construído com base em uma compreensão superficial e distorcida das questões de gênero e sexualidade.

De maneira geral, embora o PNE aborde diversas áreas da educação, a educação sexual não é tratada de forma explícita em suas metas e estratégias. A omissão do tema reflete um contexto de avanços e retrocessos nas políticas públicas educacionais, evidenciando uma abordagem que varia conforme o cenário político, ora sendo claramente destacada, ora sendo minimizada ou até mesmo silenciada, com a remoção de termos essenciais, como ocorreu no atual PNE.

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

No que diz respeito à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que visa amenizar a desigualdade no sistema educacional brasileiro, por meio da indicação de um conjunto de aprendizagens primordiais no desenvolvimento dos educandos no decorrer da Educação Básica no território brasileiro, válido para instituições públicas e privadas, temas relacionados à sexualidade têm perdido força e visibilidade a cada versão do documento (Luciana Barbosa, Cátia Viçosa e Vanderlei Folmer, 2019).

Na primeira versão da BNCC, disponibilizada para consulta pública em 2015, os temas relacionados à sexualidade não estavam presentes na Educação Infantil, aparecendo apenas no componente curricular de Ciências para o nono ano do Ensino Fundamental. Já na versão revisada, apresentada em 2016, temos uma maior abrangência da temática, sendo proposta para todos os níveis da Educação Básica. Quanto à Educação Infantil, o documento adotou uma visão ampla que não limitava a sexualidade apenas à reprodução humana

[...] o corpo expressa e carrega consigo não somente características físicas e biológicas, mas também marcas do nosso pertencimento social que repercutem em quem somos e nas experiências que temos em relação ao gênero, à etnia ou raça, à classe, à religião e à sexualidade (Brasil, 2016. p. 69).

No entanto, na versão final (2017), devido à pressão de setores conservadores da sociedade e do Congresso, a temática foi reduzida à disciplina de Ciências, especificamente para os anos finais do Ensino Fundamental, limitando sua discussão a aspectos biológicos, com base em uma visão puramente higienista e biológica. Além disso, foram retirados do documento termos como ‘orientação sexual’ e ‘gênero’, assim como ocorreu com o atual PNE.

Ainda que a BNCC não seja definida como um currículo, desempenha o papel de orientar os conteúdos que devem ser abordados em todo o território nacional. Desenvolvida a partir dos PCN, a BNCC não os substitui, mas os complementa, estabelecendo de forma mais clara os conteúdos a serem trabalhados a cada ano, propondo o desenvolvimento de habilidades a partir de objetos de conhecimento (Leão et al, 2024).

Dentro das diversas áreas nas quais os componentes curriculares estão organizados, destaca-se a área das Ciências da Natureza, que abrange o componente curricular de Ciências. Este componente é estruturado em unidades temáticas como “Matéria e Energia”; “Terra e Universo” e “Vida e Evolução”. Dentre essas, a unidade “Vida e Evolução” traz o desenvolvimento de habilidades relacionadas à temática da educação sexual. Embora o documento não faça menção a expressões como “educação sexual” ou “educação em sexualidade”, contém de forma implícita a necessidade do tema ser abordado em sala de aula.

Os conhecimentos acerca dos aspectos fisiológicos da reprodução humana são imprescindíveis, porém insuficientes para possibilitar o pleno entendimento de todas as dimensões relacionadas com a sexualidade (sociocultural, afetiva, ética, biológica, entre outras). Logo, cabe-nos a reflexão: como as múltiplas dimensões da sexualidade poderão ser abordadas se até mesmo os termos “gênero” e “orientação sexual” não são citados nos documentos oficiais?

Na versão final da BNCC (2017) aparece brevemente algumas questões relacionadas às distintas dimensões da sexualidade humana. O documento adota, em essência, uma perspectiva centrada principalmente na dimensão biológica-higienista. Isso pode ser observado na descrição das habilidades que devem ser desenvolvidas pelos educandos em relação à sexualidade

(EF08CI08) Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.

(EF08CI09) Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

(EF08CI10) Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas DST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção.

(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética) (BRASIL, 2017, p. 348 – 349).

A BNCC não explicitou a educação sexual, como ocorre nos PCN, uma vez que, os seus conteúdos temáticos não se mostram favoráveis à discussão da sexualidade como ocorria nos blocos de conteúdos destes parâmetros. Tampouco houve um movimento afirmativo e intencional governamental que garantisse sua efetiva implementação.

Em síntese, a partir da breve apresentação e análise dos documentos normativos da educação básica, constata-se que as últimas gestões governamentais utilizaram mecanismos de silenciamento para o controle do que deve ser abordado (ou não) sobre sexualidade nas instituições escolares, resultando na perda do caráter educativo da temática, em seu sentido amplo. Tais iniciativas representam um retrocesso no acesso à informação sobre as múltiplas dimensões que abrangem a sexualidade humana, desconsiderando a relevância social do tema.

Considerações Finais

Diante do exposto, observa-se que os estudos voltados à temática da sexualidade na educação foram intensificados a partir do final do século XX, especialmente com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que se tornaram referência para a inserção do debate sobre sexualidade no ambiente escolar. No entanto, por se tratar de um documento de caráter orientador e não obrigatório, e considerando que sua implementação depende das políticas e decisões de governos estaduais e municipais, em muitos casos a adesão efetiva não ocorreu.

As diretrizes que norteiam a abordagem da sexualidade na educação básica têm oscilado entre avanços e retrocessos, sendo profundamente influenciadas pelos contextos sociais e políticos de cada período. Isso pode ser observado, por exemplo, na forma como o tema foi tratado no Plano Nacional de Educação (PNE) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), revelando lacunas e descontinuidades nas políticas públicas

educacionais. Tais fragilidades dificultam tanto a consolidação da educação sexual na formação docente, quanto sua efetiva inclusão no currículo da educação básica.

Nos últimos anos, a ascensão de governos autoritários contribui para a disseminação de discursos conservadores que impactam diretamente o sistema educacional. Como consequência, constata-se um aumento na utilização de mecanismos de controle, repressão e silenciamento nos documentos oficiais, restringindo a abordagem da sexualidade nas escolas e, assim, negando o direito à informação e ao desenvolvimento sexual saudável. Embora pesquisas indiquem que a educação sexual é amplamente reconhecida como fundamental para a formação de crianças, adolescentes e jovens, no Brasil, ainda não foi implementada uma política educacional estruturada e abrangente, nem diretrizes eficazes que integrem de maneira efetiva a temática no ambiente escolar.

Frente a esse cenário, torna-se fundamental o fortalecimento de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sexual saudável, contribuindo para a formação de cidadãos íntegros, críticos, livres de preconceitos, e aptos a compreender a diversidade das manifestações sexuais e de gênero. Além disso, é imprescindível investir na formação continuada dos profissionais da educação, bem como fomentar o debate sobre a temática em espaços formativos, sensibilizando-os quanto à relevância da educação sexual como componente essencial do currículo da educação básica.

Por fim, o direito à reflexão crítica e à construção de significados sobre a sexualidade deve ser considerado tão essencial quanto o acesso a informações e recursos voltados à prevenção, seja de Infecções Sexualmente Transmissíveis, gravidez, violência sexual, entre outros. O desenvolvimento de uma prática pedagógica fundamentada nos princípios da educação sexual implica criar espaços que favoreçam o surgimento de questionamentos, diálogos e reflexões. Tal abordagem tem o potencial de possibilitar que estudantes e profissionais atuem de forma ativa e consciente na promoção da saúde e na garantia dos direitos sexuais, compreendidos em sua dimensão integral e emancipadora.

Referências

ALVES, Nathaly Martinez. **Análise da apropriação do "Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes por professoras da educação infantil"**. 2023. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2023.

BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. **A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas**

ressignificações. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 11(10) e 772, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019>

BARTASEVICIUS, Daniela Maria Manna; MIRANDA, Meiri Aparecida Gurgel de Campos. **Formação de Professores para a Prática de Educação Sexual nas Escolas: Uma Reflexão a Partir do Pensamento Docente.** Journal of Education , Universidade de Lisboa, v. 7, n. 3, p. 156-178, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25749/sis.17824>

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2017. Disponível em: <https://fila.mec.gov.br/manutgeral.htm>. Acesso em: 08 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora.** Universidade de Brasília. – Brasília: Ministério da Saúde, 2024. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc2versao.revista.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; CONSED; UNDIME Nacional. **Base Nacional Comum Curricular: Proposta Preliminar,** Segunda Versão Revista, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc2versao.revista.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 08 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Estabelece o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 8 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm Acesso em: 8 jan. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/f62c4196-561d-452d-a2a8-9d33d1163af0> . Acesso em: 9 set. 2024.

GARBARINO, Mariana Inés. **O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância**. cadernos pagu, n. 63, p. e216316, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449202100630016>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GOMES, Naíssa Nátyla Marinho; CARDOSO, Xênia Cristina Venâncio. **Formação docente para possíveis casos de abuso sexual**. Anápolis/GO. Faculdade Católica de Anápolis, 2019. 22 p. Disponível em : <https://www.catolicadeanapolis.edu.br/biblioteca/wp-content/uploads/2020/02/NA%C3%8DSSA-N%C3%81TYLA-MARINHO-GOMES-E-X%C3%8ANIA-CRISTINA-VEN%C3%82NCIO-CARDOSO.pdf>
Acesso em: 08 jan. 2025.

LEÃO, Andreza Marques de Castro; LEAO, Adriana Marques de Castro; MUZZETI, Lucia Regina. **Educação Sexual nas escolas e seus desafios -o que expressa a bibliografia da área**. In: Livro Anais do II Congresso Amazonense de Educação 2022, ed.1. Manaus: Revista Científica Amazon Live Journal, 2023, v.1, p. 182 - 190. DOI: [10.5281/zenodo.7697534](https://doi.org/10.5281/zenodo.7697534)

LEÃO, Adriana Marques de Castro.; LEÃO, Andreza Marques de Castro.; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Historicização da educação sexual no Brasil pós PNE e BNCC: Entre embates e possibilidades**. DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, Araraquara, v. 25, n. 00, p.e 024002, 2024. DOI: [http://dx.doi.org/10.30715/doxa.v25i00.18581](https://dx.doi.org/10.30715/doxa.v25i00.18581)

LEÃO. Andreza Marques de Castro. **Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos**. 2009. 343f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

LEÃO, Andreza Marques de Castro. **Apontamentos de gestores: formação e informação em sexualidade** In: Anais do III Congresso Nacional de Formação de Professores e do XIII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores: por uma revolução no campo da formação de professores. São Paulo: UnespPrograd, 2016, v.1, p.1295 - 1301. Disponível em: https://www.geci.ibilce.unesp.br/logica_de_aplicacao/site/index_1.jsp?id_evento=64.
Acesso em: 10 dez. 2024.

MARIUZZO, Therezinha, **Formação de professores em educação sexual: a sexualidade que está sendo ensinada nas nossas escolas**. 2003. 183f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências) - Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2003.

MENDEL, Ana Paula Cler; MIRANDA, Jean Carlos. **Formação de Professores e Educação Sexual: o retrato de um curso de licenciatura em ciências naturais**. Boletim de Conjuntura. Boa Vista, v. 13, n. 38, p. 216–248, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7684817>

NUNES, César; SILVA, Edna. **A Educação Sexual da Criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Autores Associados. São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Célia Maria Soares de. **Educação sexual na escola - concepções e práticas**. 2006. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2006.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2025.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Penso Editora, 2011.

TAVANO, Vinicius; LEÃO, Andreza Marques de Castro. **A ideologia da Ideologia de Gênero: seus discursos e (des) construções**. Revista gênero, vol 21, n.1.2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/rg.v21i1.46930>

RAMINELI, Jorge Luiz Ferreira; DA SILVA, Natanael Charles; DE ARAÚJO, Magnólia Fernandes Florêncio. **The sustainable development goals from the perspective of freirean praxis: os objetivos de desenvolvimento sustentável na perspectiva da práxis freireana**. Professare, v. 12, n. 3, p. e3221-e3221, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33362/professare.v12i3.3221>

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Entrevista Educação para a Sexualidade**. Diversidade e Educação, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 7–15, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14295/de.v5i2.7867>

UNESCO. **Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: razões em favor da educação em sexualidade**. 2010. 1.ed. Brasil. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183281_por. Acesso em: 26 abr. 2025.

UNESCO. **Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências**. 2019. 2. ed. rev. França/Brasil. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308>. Acesso em: 10 fev. 2025.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. **O gênero nas políticas públicas de educação**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 34, n. 121, p. 77-104, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742004000100005>

Recebido em março de 2025.

Aprovado em maio de 2025.